

Conversão de Demonstrações Contábeis de uma Sucursal Uruguaia: análise sob a perspectiva da Teoria Patrimonial

RESUMO

Um dos aspectos que a internacionalização das empresas afetou na informação contábil foi a necessidade de uniformização da moeda do país onde está localizada a subsidiária com o país onde está localizada a empresa investidora, sendo necessária a Conversão das Demonstrações Contábeis. No Brasil este tema é regulamentado pelo Pronunciamento Técnico 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A adoção do Pronunciamento Técnico 02 tem efeitos nos saldos das contas patrimoniais e de resultado que, por sua vez, implicam na posição líquida do patrimônio da entidade. A Teoria do Proprietário e a Teoria da Entidade constituem a base conceitual deste estudo. O objetivo deste artigo é analisar os efeitos da Conversão de Demonstrações Contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico 02, de uma empresa brasileira de transportes que possui sucursal no Uruguai. A pesquisa tem natureza qualitativa e exploratória, na forma de um estudo de caso. Os resultados indicam que a Teoria Patrimonial do Proprietário e a Teoria Patrimonial da Entidade estão implícitas no processo de conversão de demonstrações contábeis; a variação cambial do Ativo e do Passivo Exigível afeta o valor do Patrimônio Líquido da subsidiária, logo a riqueza da entidade; assim como os efeitos cambiais nas contas de resultado afetam a Demonstração do Resultado da subsidiária e as demonstrações contábeis da investidora. As principais conclusões são: a conversão de demonstrações contábeis permite analisar, separadamente, os resultados do investimento e a variação cambial líquida entre Ativos e Passivos Exigíveis; possibilita analisar comparativamente os investimentos estrangeiros com os investimentos nacionais e; melhor compreensão das teorias patrimoniais.

Palavras-chave: Conversão de Demonstrações Contábeis; Moeda Estrangeira; Variação Cambial; Teoria Patrimonial.

1 Introdução

A rápida disseminação da informação dada pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação e de informação possibilitou, entre outros fatos, que as relações na sociedade não se dêem mais apenas em esferas locais, o que foi denominado inicialmente nacionalização, posteriormente de globalização. Como exemplo, as empresas que estão expandindo seus negócios para outros países, as chamadas multinacionais, são evidências de uma economia mundial globalizada. Segundo McManus (2009, p.9) “os mercados de capitais tornam-se cada vez mais globalizados, aumentando constantemente os investimentos internacionais”. Para isto, é necessário que as informações geradas por estas empresas sejam adequadas aos seus diversos usuários, entre eles os investidores que podem ser nacionais ou estrangeiros.

Considerando que as demonstrações contábeis são um dos principais instrumentos de disseminação de informações de qualquer empresa, tanto por seus administradores, quanto para os atuais e potenciais investidores, a necessidade de comparar estas informações fez surgir a Conversão de Demonstrações Contábeis.

A necessidade de converter as demonstrações contábeis se dá pelo fato que a empresa controladora de uma multinacional, por exemplo, precisa que os demonstrativos contábeis das suas subsidiárias, que estão localizadas em países diferentes do país sede, estejam não somente uniformes nas práticas contábeis, mas também em uniformidade com a moeda do país sede. No cenário brasileiro, muitas empresas nacionais possuem filiais ou sucursais no exterior, que operam utilizando a moeda do país onde estão instaladas, e para consolidar as

informações de suas filiais/sucursais, as empresas-matriz brasileiras devem utilizar os métodos de conversão de demonstrações contábeis.

Desse modo, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: quais os efeitos da aplicação do Pronunciamento Técnico 02? O objetivo deste artigo é analisar os efeitos da conversão de demonstrações contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico 02, de uma empresa brasileira de transportes que possui sucursal no Uruguai. A pesquisa é delimitada a aplicação da norma em período específico (exercício social de 2009), e não compreende a elaboração de demonstrações contábeis comparativas.

A relevância desta pesquisa reside no fato analisar os efeitos da aplicação do Pronunciamento Técnico 02 quanto à conversão de demonstrações contábeis, enfatizando a conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira para o Real brasileiro. Além disto, o Pronunciamento Técnico 02 visa determinar como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis de uma entidade no Brasil. Tais operações são significativas, visto que muitas companhias, apesar de não possuírem subsidiárias no exterior, necessitam utilizar-se dos métodos de conversão para algumas operações de compra e venda de produtos ou serviços com outros países.

No que tange à produção acadêmica, a relevância desse estudo se mostra pela observação que há um número reduzido de pesquisa sobre este tema no âmbito brasileiro, conforme levantamento na base de dados do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, do Enanpad, do Congresso da Anpcont, do Scielo Brasil e da Revista Contabilidade e Finanças. A partir do levantamento nestas bases de dados nos últimos cinco anos, destaca-se o trabalho de Silva *et al.* (2007) que analisou, de modo comparativo, como os critérios de conversão de demonstrações contábeis estabelecidos pelas normas da CVM, FASB e IASB afetam o resultado das empresas brasileiras que detêm investimentos societários no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O principal resultado desta pesquisa evidencia que critério de conversão adotado no Brasil, não atende as necessidades das empresas brasileiras que possuem investimento societário no exterior. Como o estudo de Silva *et al.* (2007) foi realizado antes da vigência do Pronunciamento Técnico 02, esta pesquisa contribui no aspecto da atualidade do tema a partir do processo de padronização das normas contábeis.

Este artigo, inicialmente, apresenta a introdução à temática abordada. Em seguida, na seção 2 é apresentado o Pronunciamento Técnico 02 e identificadas as situações aplicáveis neste estudo e a seção 3 apresenta a base conceitual das teorias patrimoniais que estão subjacentes ao pronunciamento em estudo. Na seção seguinte tem-se a apresentação do método de pesquisa, definindo os procedimentos desenvolvidos para atender ao objetivo proposto. Na quinta seção são apresentados os resultados da pesquisa, que trazem um modelo de aplicação do Pronunciamento Técnico 02 em uma empresa transportadora brasileira que possui uma sucursal uruguaia. E, por fim, considerações finais são apresentadas.

2 Conversão de Demonstrações Contábeis

O Pronunciamento Técnico 02 (Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis) é a norma contábil brasileira vigente sobre conversão de demonstrações contábeis e tem correlação com a norma internacional IAS 21. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emite pronunciamentos correlacionados a estas normas, a fim de desenvolver critérios e métodos para a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

No período anterior ao Pronunciamento Técnico 02 a regra vigente para conversão de demonstrações contábeis no Brasil era a Deliberação CVM nº 28/86. Uma das deficiências desta Deliberação era ausência conceitual de moeda funcional, e no fato de ser dado o mesmo tratamento contábil aos ganhos e perdas cambiais (como resultado), independente da metodologia utilizada (SILVA *et al.*, 2007). Segundo os mesmos autores, este tipo de tratamento compromete os resultados para efeitos de análise de rentabilidade dos investimentos societários no exterior. Além disso, não atende as necessidades da nova realidade das empresas brasileiras que estão em processo de internacionalização. Silva *et al.* (2007) considera que a tendência à convergência das normas brasileiras com as normas internacionais, a adoção do IAS 21, poderá solucionar os problemas apresentados pela Deliberação CVM nº 28/86.

Segundo Schmidt, Santos e Fernandes (2005) sobre as demonstrações contábeis de investimentos brasileiros no exterior, estas necessitam ser ajustadas de acordo com os princípios e legislação societária brasileira, visto que inicialmente foram elaboradas de acordo com os princípios e normas de seu país de origem.

O Pronunciamento Técnico 02 não cuida dos ajustes necessários para as demonstrações contábeis se adaptarem às normas e padrões de outro país, para fins de equivalência patrimonial e consolidações totais ou parciais. O Pronunciamento prevê, como referido no item 4 do seu sumário, que estes ajustes são condições necessárias antes de proceder a conversão de demonstrações contábeis. Em outras palavras, antes que se apliquem os critérios de conversão de moeda nas demonstrações contábeis de uma sucursal estrangeira de uma multinacional brasileira, por exemplo, estas demonstrações já devem conter os devidos ajustes em conformidade com as normas e padrões contábeis adotados no Brasil.

A princípio, filiais são tratadas como extensão da atividade e representações da empresa matriz, tendo seus saldos contábeis de ativos, passivos e resultados integrados nos demonstrativos contábeis da empresa mãe. Já as controladas possuem seus próprios demonstrativos que são consolidados total ou parcialmente, de acordo com a participação proporcional, aos demonstrativos da controladora e são reconhecidas através da equivalência patrimonial. O Pronunciamento 02 prevê que o tratamento dado às demonstrações contábeis das entidades no exterior, sejam estas filiais, agências, sucursais, dependências ou controladas, deve ser direcionado de acordo com a essência deste investimento.

O Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, dispõe sobre a primazia da essência sobre a forma em seu item 35: “para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a apresentar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal...”. Assim, pelo que determina o Pronunciamento Técnico 02, se na essência a entidade se caracterizar como filial, por exemplo, seus saldos serão reconhecidos diretamente nos demonstrativos da investidora. Porém, o item 21 do mesmo Pronunciamento, normatiza que quando a entidade possuir autonomia suficiente para ser tratada como consolidada, seu reconhecimento será feito por equivalência patrimonial e consolidação.

2.1 Moeda Funcional

Para elaboração de suas demonstrações contábeis, as entidades utilizam sua moeda funcional. De acordo com o Pronunciamento 02, para determinar a moeda funcional de uma entidade deve ser considerado, primeiramente, os seguintes fatores: moeda que mais

influencia os preços de bens e serviços, a moeda do país cujos regulamentos mais influenciam na determinação dos preços de venda de seus produtos/ serviços e a moeda que mais influencia mão-de-obra, material e outros custos de sua produção. Caso estes fatores não evidenciem claramente qual deve ser a moeda funcional da entidade, devem-se analisar ainda outros fatores: moeda na qual são obtidos recursos financeiros e moeda em que são recebidos os valores de atividades operacionais.

Existem ainda fatores adicionais que identificam quando a moeda funcional da entidade é a mesma da entidade a que reporta, ou seja, no caso de uma filial estrangeira de multinacional brasileira, quando esta utiliza o real como moeda funcional. Isto ocorre quando as atividades no exterior são como uma extensão das atividades da matriz, não possuindo grau significativo de autonomia; quando os fluxos de caixa da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos da matriz ou quando os fluxos de caixa das atividades no exterior não são suficientes para cobrir suas dívidas.

Para que a moeda funcional de uma empresa não seja a moeda local, é necessário que praticamente todas as condições acima citadas sejam atendidas, e não apenas uma delas. Isto porque, a moeda funcional não é questão de escolha e, nos casos de dúvida, prevalece a moeda local (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Para Perez Junior (2002, p. 60) “a determinação da moeda funcional dependerá da economia do país em que a subsidiária está instalada, do volume de operações com a matriz e também do volume de operações com entidades de outros países”. Schmidt, Santos e Fernandes (2006) também ressaltam que para determinar qual moeda será a funcional deve ser considerado as principais transações da empresa. Observa que estas idéias vão ao encontro do que ao Pronunciamento 02 estabelece como critérios para escolha da moeda funcional, levando em consideração que esta deve refletir as transações, eventos e condições relacionadas à entidade. Por isso, o pronunciamento considera também que não deve haver alteração da moeda funcional, a menos que haja mudança nas condições anteriormente citadas.

2.2 Itens Monetários, Itens Não-monetários e Taxas de Conversão

Os itens contidos nas demonstrações contábeis, para fins de critérios de conversão que serão utilizados, são classificados por Perez Júnior (2002, p. 56) em itens monetários e itens não-monetários, da seguinte forma:

MONETÁRIOS: disponibilidades e direitos ou obrigações que serão realizados ou exigidos em dinheiro. Exemplo: caixa, bancos, duplicatas a receber, duplicatas descontadas, provisão para devedores duvidosos, contas a receber, aplicações financeiras, depósitos compulsórios etc.

NÃO-MONETÁRIOS: bens (realizáveis ou permanentes) e direitos ou obrigações que serão exigidos em bens ou serviços. Exemplos: estoques em geral, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos a fornecedores, participações societárias realizáveis ou permanentes, ativo imobilizado.

Schmidt, Santos e Fernandes (2006) explicam que os itens monetários são representados pela moeda, ou direitos e obrigações que deverão ser recebidos ou liquidados em moeda, e estão sujeitos à perda do poder aquisitivo; enquanto os itens não monetários possuem um mecanismo de proteção intrínseco, por seu valor econômico estar mais relacionado ao valor de mercado.

O Pronunciamento 02 prevê a utilização de diferentes tipos de taxas de conversão: taxa histórica, taxa corrente, taxa de fechamento e taxa média. Perez Junior (2006) define

como taxa histórica a taxa de câmbio vigente na data em que ocorreu o fato, da compra de um imóvel, por exemplo; taxa corrente como a taxa de câmbio vigente no dia em que determinada operação está sendo realizada; taxa de fechamento a taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis (veja que neste caso será também a taxa corrente do dia deste encerramento); e taxa média como a média aritmética ponderada das taxas de câmbio vigentes em um período, que pode ser um mês, por exemplo.

Assim, o Pronunciamento Técnico 02 define que quando uma entidade mantém seus registros contábeis em moeda diferente da funcional, ao elaborar suas demonstrações contábeis todos os valores devem ser convertidos para a moeda funcional seguindo os seguintes critérios: na data de cada balanço, os itens monetários, que podem ser exigidos em dinheiro, devem ser convertidos utilizando-se a taxa de fechamento; os itens não-monetários, mensurados pelo custo histórico, serão convertidos à taxa histórica e os itens não-monetários mensurados ao seu valor justo convertidos usando-se a taxa corrente da data em que o valor justo foi determinado.

No entanto, quando a conversão de demonstrações contábeis se dá para moeda diferente da moeda funcional (caso que será estudado), os critérios de conversão são: para ativos e passivos serão convertidos a taxa de fechamento da data do respectivo balanço, o patrimônio líquido à taxa histórica e as receitas e despesas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações, ou taxa média do período quando aplicável.

2.3 Variação Cambial

O reconhecimento inicial de uma transação em moeda estrangeira é realizado através da conversão para moeda funcional aplicando-se ao valor da operação, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. Quando há mudança na taxa de câmbio da data da transação para data da liquidação dos itens monetários, de uma fatura a receber de cliente, por exemplo, a variação cambial que surge nesta operação de recebimento, segundo o Pronunciamento Técnico 02, deverá ser reconhecida como receita ou despesa no período em que surgir.

As variações cambiais sobre itens não-monetários devem ser reconhecidas no Patrimônio Líquido, se estas variações forem atribuídas a ganhos e perdas reconhecidos também diretamente no Patrimônio Líquido. Porém, quando este ganho ou perda em itens não-monetários for reconhecido no resultado do período, suas variações cambiais também deverão ser reconhecidas no resultado.

Sobre o reconhecimento de variações cambiais de investimentos no exterior:

- a) quando a entidade no exterior se caracterizar como filial, extensão das atividades da matriz, as variações cambiais devem ser consideradas como receita ou despesa do período, como resultados integrados à contabilidade da matriz;
- b) quando a entidade no exterior se caracterizar como investimento, as variações cambiais deverão ser registradas em conta específica do patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulado de Conversão ou equivalente, que será reconhecida no resultado apenas quando da baixa do investimento.

2.4 Aplicações do Pronunciamento Técnico 02

O Pronunciamento Técnico 02 traz instruções para conversão sob diversos aspectos:

- a) Conversão de transações em moeda estrangeira: abrangem a compra e venda de produtos e serviços, e também empréstimos obtidos ou concedidos, quando o preço ou valores a pagar/ receber destas transações é estabelecido em moeda estrangeira. O reconhecimento inicial se dá pela conversão à taxa de câmbio da transação, e posteriormente há o registro da variação cambial na liquidação, se esta variação existir.
- b) Conversão de demonstrações de uma entidade no exterior: ocorre quando os balanços e resultados de uma entidade no exterior são convertidos para a moeda funcional de sua matriz/investidora para que possa ser incluída nas demonstrações desta investidora por consolidação.
- c) Conversão de demonstrações contábeis para moeda diferente da funcional: pode ser usada com diversas finalidades, como i) para consolidação das diversas demonstrações contábeis de um grupo compreendido por entidades individuais que operam com diferentes moedas funcionais; ii) para apresentação das demonstrações a investidores internacionais e; iii) para obter demonstrações em “moeda forte”.
- d) Conversão e contabilização de dividendos recebidos de investimentos no exterior: o Pronunciamento Técnico 02 distingue os dividendos de acordo com seu reconhecimento, que pode ser pelo método de equivalência patrimonial, quando são registrados como redução da conta de investimentos; pelo método do custo, que são registrados como receita pelo valor recebido; ou pelo valor de mercado, que também são registrados como receita pelo valor recebido.

Além dos requisitos, conceitos e procedimentos já citados, o Pronunciamento Técnico 02 prevê a divulgação de sua utilização. Dentre as informações que devem ser divulgadas:

- a) se a moeda de apresentação for diferente da moeda funcional da entidade, deve ser citado este fato e os motivos de sua utilização;
- b) mudança da moeda funcional, divulgando também a razão para tal mudança; e
- c) apresentação das demonstrações contábeis ou outras informações financeiras em uma moeda diferente da funcional, identificando-as como informações suplementares, a moeda utilizada, a moeda funcional e o método de conversão utilizado.

3 Teorias Patrimoniais Subjacentes ao Pronunciamento Técnico 02

A adoção do Pronunciamento Técnico 02 tem reflexos nos saldos das contas patrimoniais e de resultado, que por sua vez, implicam na posição líquida do patrimônio da entidade. Destarte, possibilita que o investidor avalie seus investimentos externos em moeda do seu país sede. Segundo Bettiol Júnior, Varela e Martins (2007, p. 62) “a importância do Patrimônio Líquido e seu significado merecem especial destaque, pois o valor desse grupo (em tese) deve representar a riqueza dos proprietários em um determinado momento”.

Assim, as teorias do patrimônio são úteis para fundamentar esta pesquisa. De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), estaticamente o Patrimônio Líquido pode ser considerado a diferença entre o ativo e o passivo (exigibilidades), embora não representa o seu valor de mercado nem o valor subjetivo da empresa para os proprietários. Contudo, o Patrimônio Líquido contém elementos que o caracterizam, tais como: interesses residuais em caso de liquidação, interesses em participar da distribuição dos dividendos e direitos de participação em uma entidade em continuidade na possibilidade de alienação de sua participação ou o seu aumento.

Entre as diversas teorias patrimoniais serão enfatizadas duas delas: Teoria do Proprietário e Teoria da Entidade.

A Teoria do Proprietário ($\text{Ativo} - \text{Passivo} = \text{Patrimônio do Proprietário}$) é a mais antiga abordagem do Patrimônio Líquido e o proprietário é o seu foco. De acordo com essa teoria, a propriedade aumenta quando há receitas e diminui quando há despesas, da mesma forma entende-se que os ativos pertencem aos proprietários e os passivos são obrigações desses. Assim o Patrimônio Líquido demonstra e apresenta a evolução da riqueza do proprietário (IUDÍCIBUS, 2010, HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, BETTIOL JÚNIOR, VARELA e MARTINS, 2007, HOLANDA, 2001).

Sob a perspectiva dessa teoria os resultados do processo de conversão de demonstrações contábeis afetam a posição patrimonial, logo a riqueza dos proprietários, decorrente dos efeitos da variação cambial.

Por sua vez, a Teoria da Entidade ($\text{Ativo} = \text{Obrigações} + \text{Patrimônio}$) é uma adequação da Teoria do Proprietário por determinar que uma entidade possui personalidade própria, distintamente das atividades e dos interesses pessoais dos proprietários. A ênfase desta teoria está no resultado e orienta que os ganhos da entidade empresarial só podem ser transferidos aos participantes individuais por meio de distribuição de dividendos (IUDÍCIBUS, 2010, HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). Seguindo este raciocínio, os efeitos da variação cambial na conversão de demonstrações contábeis refletem no resultado da entidade, logo no valor dos dividendos distribuídos aos investidores.

4 Procedimentos Metodológicos

Este artigo se apresenta por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória, sustentada por um estudo de caso de uma empresa brasileira que possui sucursal no exterior e precisa converter suas demonstrações contábeis para a moeda funcional utilizada no Brasil, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico 02. Yin (2001) afirma que a pesquisa exploratória é a mais indicada para os casos em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre um tema. Por sua vez, o estudo de caso, é adequado quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos e o foco está em fenômenos contemporâneos e inseridos no contexto da vida real (YIN, 2001).

A empresa estudada (a sucursal uruguaia) é um investimento societário no exterior avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). Os dados da pesquisa são primários e secundários. Os dados primários tem como fonte os demonstrativos contábeis da empresa estudada referente ao exercício social de 2009. Contudo, os valores apresentados na seção 5 foram indexados, a pedido da empresa para que se preservasse sua identidade, e com o mesmo propósito, a empresa será denominada com um nome fictício de “Transportadora Uruguai”. Os dados secundários compreendem o Pronunciamento Técnico 02, objeto deste estudo, leis e normativos oficiais, literatura específica que trata da conversão de demonstrações contábeis e da internacionalização da contabilidade, onde o assunto da conversão está inserido.

A técnica de análise dos dados foi a qualitativa. A análise qualitativa compreendeu em apresentar o processo de conversão do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da “Transportadora Uruguai” e analisar seus efeitos sob a perspectiva das teorias patrimoniais.

5 Conversão de Demonstrações Contábeis no Setor de Transportes

Nesta seção é apresentada a conversão de demonstrações contábeis segundo o Pronunciamento Técnico 02, em uma empresa do setor de transportes de cargas nacional. Este setor é peculiar pelo fato de que muitas empresas transportadoras de cargas possuem filiais e centros de distribuição em outros países. A empresa possui capital fechado, sua matriz está sediada no Brasil e tem uma sucursal no Uruguai.

No caso estudado, a sucursal “Transportadora Uruguai” possui corpo gerencial próprio, autonomia administrativa e contrata operações próprias, como empréstimos bancários, o que a caracteriza como uma entidade autônoma da sua matriz brasileira. A moeda utilizada para registrar as operações da sucursal é a moeda local, Pesos Uruguaios. Portanto, os demonstrativos contábeis desta sucursal devem ser convertidos para Real e seus resultados devem ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial e incluídos nas demonstrações contábeis da matriz investidora brasileira.

O método de conversão previsto no Pronunciamento Técnico 02 é o Método da Taxa Corrente, onde os itens do Ativo e do Passivo são convertidos à taxa de câmbio corrente e o Patrimônio Líquido é convertido inicialmente à taxa de câmbio histórica. Por isso surgem as variações cambiais que serão representadas em conta específica no Patrimônio Líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão (Quadro 1).

Quadro 1: Conversão do Balanço Patrimonial e as Taxas Cambiais

ATIVO (Taxa Corrente)	PASSIVO (Taxa Corrente)
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Saldo Anterior PL (igual a saldo final do período anterior)
	Dividendos e Ingressos de Capital (Taxa Histórica)
	Resultado do Período (transportado da DRE convertida por taxa histórica ou média)
	Ajuste Acumulado de Conversão

Fonte: Iudícibus *et al.* (2010)

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), o uso de taxas correntes para os saldos das contas do Ativo e do Passivo Exigível avalia o ativo ou o passivo de acordo com o seu preço de troca, isto é, o que seria necessário desembolsar hoje para obter o mesmo ativo ou equivalente ou liquidar o passivo. Por sua vez, a taxa histórica tem a finalidade de expressar a potencialidade de geração de renda, além da objetividade e verificabilidade (o preço de uma transação). Além disso, é a estreita sua relação com o conceito de realização da receita na mensuração do lucro. Sua limitação reside no fato que o seu valor se altera com o tempo, de modo que, não permite reconhecer perdas e ganhos quando economicamente acontecem, mas somente quando são realizados. A taxa histórica e a taxa corrente são iguais na data inicial, mas não em datas futuras; assim na data da avaliação o custo corrente apresenta vantagens sobre o custo histórico, principalmente, para o usuário externo quando este deseja saber o valor para investimento similar ou a reposição do ativo, sendo uma medida que aumenta o valor preditivo do balanço e que melhor compara receita com despesa.

Observa-se que ao adotar taxas correntes para as contas do Ativo e do Passivo Exigível e taxas históricas para as contas do Patrimônio Líquido, está priorizando o efeito residual positivo ou negativo ao investidor decorrente da variação cambial que os ativos realizáveis e os passivos exigíveis sofreram em determinado período. Assim, entende-se que a Teoria Patrimonial do Proprietário e a Teoria Patrimonial da Entidade estão implícitas no processo de conversão de contas patrimoniais porque os efeitos cambiais da conversão impactam na situação líquida patrimonial, portanto na riqueza do proprietário investidor.

O Quadro 2 apresenta as taxas de conversão de Pesos Uruguaios para Real, referente ao ano de 2009. As taxas apresentadas são as taxas de câmbio médias mensais para os meses de janeiro a dezembro, a taxa de câmbio média anual e a taxa de câmbio de fechamento do mês de dezembro de 2009.

Quadro 2: Taxas de Conversão Cambial Pesos x Real do ano de 2009

TAXAS 2009		
Período	Fechamento	Média
Janeiro		0,099
Fevereiro		0,100
Março		0,097
Abril		0,092
Maiο		0,087
Junho		0,084
Julho		0,083
Agosto		0,081
Setembro		0,083
Outubro		0,084
Novembro		0,084
Dezembro	0,090	0,089
Taxa Média Anual		0,089

Fonte: Banco Central do Brasil

As Receitas da sucursal compõem-se basicamente de serviços de transportes e armazenamento, além de receitas financeiras. Os Custos, referentes à atividade de transporte são compreendidas por salários e benefícios do pessoal da logística e motoristas, despesas com manutenção de veículos, combustíveis e os materiais de expediente. As Despesas Operacionais possuem maior diversidade: despesas com energia elétrica, telefone, internet, correio, salários administrativos, gastos bancários, gastos com assessoria contábil, depreciação, entre outros. Outras Receitas e Despesas são valores de variações cambiais, multas, correção monetária e outros que não estão diretamente relacionados com a atividade da empresa. Para aplicação da conversão, foi utilizado um modelo sintético da Demonstração do Resultado do Exercício, considerando os totais dos grupos acima citados (Quadro 3).

Quadro 3: Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2009 a 31/12/2009

Pesos Uruguaios	
Receitas	42.406.955
Custos	(5.160.481)
Lucro Bruto	37.246.474
Despesas Operacionais	(35.077.889)
Outras Receitas/ Despesas	(1.700.052)
Lucro antes dos Tributos	468.533
Tributos sobre o Lucro	(153.930)
Lucro Líquido	314.603

Fonte: elaborado pelos autores

No Balanço Patrimonial (Quadro 4) observa uma grande concentração de valores no Ativo Circulante, que representa 98% do Ativo Total. A baixa representatividade do Ativo Não Circulante, e conseqüentemente do Imobilizado da “Transportadora Uruguai”, se deve ao fato de que a frota utilizada nos serviços de transporte está concentrada na empresa matriz brasileira.

Quadro 4: Balanço Patrimonial em 31/12/2009

Pesos Uruguaios	
ATIVO	7.515.185
Ativo Circulante	<u>7.384.063</u>
Disponibilidades	2.448.989
Investimentos Temporários	82.475
Créditos de Vendas	4.794.471
Outros Créditos	58.128
Ativo Não Circulante	<u>131.122</u>
Imobilizado	115.341
Intangível	15.781
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.515.185
Passivo Circulante	<u>514.973</u>
Fornecedores	45.348
Contas a Pagar	469.625
Patrimônio Líquido	<u>7.000.212</u>
Capital Social	1.228.419
Reservas	5.457.191
Lucros Acumulados	314.602

Fonte: elaborado pelos autores

Admitindo-se que a “Transportadora Uruguai” utiliza as mesmas práticas contábeis adotadas por sua investidora brasileira, e que, portanto não é preciso efetuar quaisquer ajustes por diferenças entre as práticas, inicia-se o processo de conversão pela Demonstração do Resultado do Exercício.

Primeiramente, as receitas e despesas devem ser convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações. Porém o próprio Pronunciamento Técnico 02 (item 46) prevê, por razões práticas, a utilização de uma taxa que se aproxime das taxas cambiais em vigor nas datas das transações, por exemplo, uma taxa de câmbio média para o período. Esta prática somente pode ser utilizada para períodos onde as taxas cambiais não flutuem significativamente. Para conversão de receitas, custos e despesas e outras receitas/despesas da “Transportadora Uruguai” serão utilizadas as taxas de câmbio médias mensais, pois foi considerado que não houve variação significativa do câmbio no decorrer do mês, inclusive na média anual, como pode ser observado no Quadro 2.

Nos Quadros 5 e 6 estão demonstradas as conversões das Receitas e Custos e as conversões das Despesas e Outras Receitas/Despesas, respectivamente, do período de janeiro a dezembro de 2009.

Quadro 5: Conversão de Receitas e Custos de 01/01/2009 a 31/12/2009

Mês	Taxa Média Mensal	Receitas		Custos	
		Pesos	R\$	Pesos	R\$
Janeiro	0,099	3.144.903	311.440	(435.272)	(43.105)
Fevereiro	0,100	2.647.088	264.017	(597.839)	(59.628)
Março	0,097	3.043.697	294.670	(337.587)	(32.683)
Abril	0,092	3.686.872	339.308	(352.664)	(32.456)
Maiο	0,087	3.776.927	329.002	(513.363)	(44.718)
Junho	0,084	4.645.608	389.916	(564.621)	(47.390)
Julho	0,083	4.963.640	411.334	(412.445)	(34.179)
Agosto	0,081	2.998.902	242.970	(349.256)	(28.297)
Setembro	0,083	3.830.002	318.617	(349.846)	(29.104)
Outubro	0,084	1.756.380	147.310	(336.137)	(28.192)
Novembro	0,084	4.975.795	420.446	(382.856)	(32.351)
Dezembro	0,089	2.937.144	261.582	(528.595)	(47.076)
Total		42.406.958	3.730.612	(5.160.481)	(459.179)

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 6: Conversão de Despesas e Outras Receitas/ Despesas de 01/01/2009 a 31/12/2009

Mês	Taxa Média Mensal	Despesas		Outras Receitas/ Despesas	
		Pesos	R\$	Pesos	R\$
Janeiro	0,099	(3.234.926)	(320.355)	(568.458)	(56.295)
Fevereiro	0,100	(2.105.250)	(209.975)	316.488	31.566
Março	0,097	(2.360.988)	(228.575)	150.116	14.533
Abril	0,092	(1.767.099)	(162.628)	(37.557)	(3.456)
Mai	0,087	(2.569.800)	(223.851)	(203.773)	(17.750)
Junho	0,084	(3.006.722)	(252.361)	50.101	4.205
Julho	0,083	(3.575.243)	(296.279)	(57.664)	(4.779)
Agosto	0,081	(2.978.862)	(241.347)	(295.434)	(23.936)
Setembro	0,083	(2.524.555)	(210.017)	(450.770)	(37.500)
Outubro	0,084	(1.967.583)	(165.024)	(156.320)	(13.111)
Novembro	0,084	(3.080.795)	(260.322)	(242.514)	(20.492)
Dezembro	0,089	(5.906.067)	(525.994)	(204.266)	(18.192)
Total		(35.077.890)	(3.096.728)	(1.700.051)	(145.207)

Fonte: elaborado pelos autores

Os valores apurados são transferidos para a Demonstração do Resultado do Exercício convertida e, o valor de tributos sobre o lucro é convertido à taxa de câmbio média anual, considerando que o resultado tributável é formado ao longo do exercício (Quadro 7).

Quadro 7: Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2009 a 31/12/2009

	Pesos Uruguaios	Taxa	R\$
Receitas	42.406.958		3.730.612
Custos	(5.160.481)		(459.179)
Lucro Bruto	37.246.477		3.271.433
Despesas Operacionais	(35.077.890)		(3.096.728)
Outras Receitas/ Despesas	(1.700.051)		(145.207)
Lucro antes dos Tributos	468.536		29.498
Tributos sobre o Lucro	(153.930)	0,089	(13.638)
Lucro Líquido	314.606		15.860

Fonte: elaborado pelos autores

A investidora brasileira da sucursal uruguaia deverá reconhecer diretamente em seu resultado como receita de equivalência patrimonial o valor total de R\$ 15.860, em contrapartida à conta de Investimentos, no Ativo Não Circulante. Este valor compreende o resultado do investimento após o efeito cambial, que no ano de 2009 significou uma receita. Conforme as teorias patrimoniais apresentadas na seção 3, as receitas aumentam o valor do Patrimônio Líquido, por sua vez a riqueza dos proprietários.

Cabe ressaltar que a variação da taxa câmbio tem efeito positivo quando a moeda local da sucursal de valoriza frente ao Real na conversão de receitas e efeito negativo na conversão de despesas. Ao contrário, a desvalorização do Peso Uruguaio em relação ao Real, tem efeito negativo para as receitas e efeito positivo para as despesas. Assim, depende-se que o efeito de valorização ou desvalorização da moeda local (flutuação da taxa de câmbio) afeta o Resultado, por consequência, o Patrimônio Líquido da subsidiária bem como o Resultado, o Ativo e o Patrimônio Líquido da companhia investidora.

Após finalizar a conversão da Demonstração do Resultado do Exercício, faz a conversão do Balanço Patrimonial. As contas do Ativo e do Passivo são convertidas utilizando a taxa de câmbio corrente do fechamento do mês de dezembro de 2009. No Patrimônio Líquido é utilizada a taxa de câmbio histórica, para as contas de Capital Social e Reservas, enquanto os Lucros Acumulados serão transportados da DRE convertida. Utiliza

uma taxa de câmbio histórica para a conversão do Capital Social e de Reservas porque se considera que o procedimento de conversão está sendo efetuado pela primeira vez e, portanto, não são conhecidos os saldos finais destas contas no período anterior, nem se obteve acesso a tais valores. Porém, cabe ressaltar que, nos casos em que estes valores são conhecidos e, quando for efetuada a conversão dos demonstrativos do ano de 2010 da “Transportadora Uruguai”, os saldos finais do período anterior das contas de Patrimônio Líquido deverão ser considerados. Como valor da taxa de câmbio histórica também não foi fornecido para este trabalho, será utilizada uma taxa de câmbio histórica suposta de 0,08539 (0,085), que foi calculada pela taxa de câmbio média dos anos de 2007 e 2008.

As conversões das contas do Patrimônio Líquido às taxas diferentes do Ativo e Passivo geram as variações cambiais, que são os ganhos ou perdas na conversão. Para apurar o valor total da variação cambial, cuja contrapartida é na conta Ajuste Acumulado de Conversão, é necessário analisar cada conta do Patrimônio Líquido, comparando o valor convertido com os critérios estabelecidos (taxa de câmbio histórica), com o valor da conversão pela taxa de câmbio corrente do fechamento (Quadro 8).

Quadro 8: Cálculo das Variações Cambiais

Capital Social	Pesos Uruguaios		R\$
Taxa Histórica	1.228.419	0,085	104.895
Taxa Corrente do Fechamento	1.228.419	0,090	109.971
Variação Cambial			5.076
Reservas	Pesos Uruguaios		R\$
Taxa Histórica	5.457.191	0,085	465.989
Taxa Corrente do Fechamento	5.457.191	0,090	488.539
Variação Cambial			22.550
Lucros Acumulados	Pesos Uruguaios		R\$
Conforme conversão do DRE			15.863
Taxa Corrente do Fechamento	314.602	0,090	28.164
Variação Cambial			12.301
Total das Variações Cambiais			39.927

Fonte: elaborado pelos autores

Assim, o valor total das variações cambiais será de R\$ 39.927, o qual será creditado na conta Ajuste Acumulado de Conversão, do Patrimônio Líquido (Quadro 9). Esse valor significa que para este período o Patrimônio Líquido obteve um acréscimo, isto é, a variação cambial foi favorável ao investidor devido à valorização do Peso Uruguai em relação ao Real. Isto corrobora com as teorias patrimoniais (seção 3) ao evidenciar que os efeitos cambiais afetam o valor do Patrimônio Líquido, dado pela diferença entre Ativos e Passivos Exigíveis.

Ainda, os ganhos com variação cambial são reconhecidos na investidora, neste caso à crédito e proporcional à sua participação (100%), em conta específica do Patrimônio Líquido - Ajuste Acumulado de Conversão -, também em contrapartida à conta de Investimentos, no Ativo Não Circulante (Quadro 9).

Quadro 9: Balanço Patrimonial em 31/12/2009 Convertido para Reais

	Pesos Uruguaios	Taxa	R\$
ATIVO	7.515.185		672.775
Ativo Circulante	7.384.063		661.036
Disponibilidades	2.448.989	0,090	219.238
Investimentos Temporários	82.475	0,090	7.383
Créditos de Vendas	4.794.471	0,090	429.211
Outros Créditos	58.128	0,090	5.204
Ativo Não Circulante	131.122		11.739
Imobilizado	115.341	0,090	10.326
Intangível	15.781	0,090	1.413
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.515.185		672.775
Passivo Circulante	514.973		46.101
Fornecedores	45.348	0,090	4.060
Contas a Pagar	469.625	0,090	42.041
Patrimônio Líquido	7.000.212		626.674
Capital Social	1.228.419	0,085	104.895
Reservas	5.457.191	0,085	465.989
Lucros Acumulados	314.602		15.863
Ajustes Acumulados de Conversão	0,00		39.927

Fonte: elaborado pelos autores

Observa que, de acordo com o Pronunciamento Técnico 02, o saldo da conta de Ajuste Acumulado de Conversão, que registra as variações cambiais de investimentos permanentes em entidades no exterior e só pode ser transferido para o resultado quando houver a alienação do investimento (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). Assim, a realização das variações cambiais de investimentos no exterior só ocorre nos casos de operações de venda, liquidação, reembolso de capital ou abandono de investimento em entidades no exterior, na proporção em que ocorrerem. Em outras palavras, prevalece a essência econômica e ilustra a aplicação das teorias patrimoniais, ao compreender que o Patrimônio Líquido é um valor residual da entidade.

6 Considerações Finais

A conversão de demonstrações contábeis segundo o Pronunciamento Técnico 02 permite evidenciar os resultados do investimento e o resultado da variação cambial. Os resultados do investimento são reconhecidos por equivalência patrimonial no Resultado da investidora; enquanto os ganhos ou perdas de variação cambial são registrados em conta específica do Patrimônio Líquido da investida. Esta segregação permite, também, avaliar quais são os efetivos resultados econômicos gerados pela investida (no caso estudado R\$ 15.863), e quais valores são gerados apenas por flutuações nas taxas de câmbio (R\$ 39.927).

Desse modo, ao considerar os efeitos cambiais na conversão de demonstrações contábeis o resultado obtido da conversão da demonstração do resultado apresenta a eficiência econômica da investida enquanto que o resultado obtido da conversão de contas ativas e passivas está relacionada a taxa de câmbio entre dois países e a estrutura de Ativos e Passivos da empresa, atendendo a essência econômica. Ainda, pode-se depreender que tanto a conversão da Demonstração do Resultado do Exercício quanto do Balanço Patrimonial tem efeitos sobre o Patrimônio Líquido da investidora, no processo de aplicação método de equivalência patrimonial e, depois, de consolidação das demonstrações contábeis.

A aplicação do Pronunciamento Técnico 02 propicia para a investidora uma análise comparativa do seu investimento na sucursal uruguaia, por exemplo, com os investimentos que ela faz no Brasil ou em outros países. Isto porque com a conversão, é possível obter os

demonstrativos de todos os investimentos na mesma moeda, a fim de reconhecer a equivalência patrimonial de tais investimentos, mas também de poder avaliá-los quanto a sua representatividade perante aos demais.

Este estudo contribuiu para a melhor compreensão da aplicação do Pronunciamento Técnico 02, uma vez que apresenta um conteúdo mais completo e complexo em relação aos normativos anteriores. Ainda, o estudo contribuiu para relacionar as teorias patrimoniais, especialmente a Teoria Patrimonial do Proprietário e a Teoria Patrimonial da Entidade, como base conceitual para sustentar que os efeitos das taxas de câmbio afetam o valor do Patrimônio Líquido da entidade, logo a riqueza dos proprietários.

Por conta das informações disponibilizadas pela empresa estudada, a proposta deste artigo se deteve em realizar um estudo de caso em aplicar o Pronunciamento Técnico 02 para um determinado exercício social (2009) e não levou em consideração a elaboração de demonstrações contábeis comparativas. Pode-se dizer que esta foi uma limitação da pesquisa, pois outras análises poderiam ser realizadas se o material fornecido pela empresa estudada abrangesse, além do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício de 2009, também os demonstrativos do ano de 2008.

Para pesquisas futuras sugere-se um estudo em um conjunto de empresas de determinado setor, para que os resultados possam ter maior consistência e possibilitar uma generalização da dimensão dos efeitos da aplicação e utilização do Pronunciamento Técnico 02.

REFERÊNCIAS

BETTIOL JUNIOR, Alcides; VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade. Implicações das teorias do patrimônio líquido sobre as informações contábeis divulgadas por instituições do terceiro setor. **Enfoque: reflexão contábil**, Maringá, v. 26, n. 2, p. 57-71, mai./ago. 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais**. Brasília, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Orientação OCPC 02: Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008**. Brasília, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC-02: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLANDA, Victor Branco de. Contabilidade: A Cibernética Empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, FIPECAFI, v.14, n. 25, p. 42-59, jan./abr. 2001.

MCMANUS, Kieran John. **IFRS – Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e da Lei Nº 11.638 no Brasil – Aspectos Práticos e Contábeis Relevantes**. 2. ed. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de Conversão das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2005.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos de Conversão das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Paula Danyelle Almeida; SANTOS, Andrea da Silva; SANTOS, Odilanei Moraes; SZUSTER, Natan. Critérios de Conversão das Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira Adotadas no Brasil: uma Necessidade de Aperfeiçoamento. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro/RJ: ANPAD, 2007. CD-ROM.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.